



Patrimonialização, turismo e gentrificação na cidade do Rio de Janeiro

Eder Claudio Malta Souza¹  
Universidade Federal de Sergipe

Paula Merlino Machado²  
Instituto Rio Patrimônio da Humanidade

Resumo

O artigo analisa as repercussões da política de patrimonialização na cidade do Rio de Janeiro e as intervenções público-privadas realizadas em áreas urbanas de valor de consumo paisagístico, monumental e patrimonial para promover o turismo e a imagem internacional da cidade. Além disso, discute a noção de paisagem cultural e de que forma ela se torna estratégica para a implementação de políticas de valorização paisagística que pode levar a processos de gentrificação. A metodologia é qualitativa, baseada na revisão de documentos, artigos científicos e pesquisas empíricas. Os resultados revelam que os projetos de valorização da sua paisagem cultural avançam para promover a sustentabilidade urbana e patrimonial. Contudo, é crucial questionar a direção desses investimentos, especialmente diante da especulação imobiliária e da turistificação que geram desafios para conciliar a estetização da cidade com uma abordagem participativa, educacional e inclusiva para a população.

Palavras-chave

Patrimonialização. Turismo. Gentrificação. Paisagem cultural.

1. Professor visitante do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Sergipe. Doutor em Sociologia pelo PPGS/UFS e Pós-doutorado pelo PPGS/UFPel. Pesquisador do Laboratório de Estudos Urbanos e Culturais da Universidade Federal de Sergipe (LABEURC/UFS).

2. Mestre em Arquitetura pelo PROARQ-FAU-UFRJ e mestranda do Programa de Especialização em Patrimônio PEP-CLC-IPHAN. Arquiteta da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, lotada no Instituto Rio Patrimônio da Humanidade IRPH, onde atua como gerente do Escritório Técnico da Paisagem Cultural ETPC.

Patrimonialization, tourism and gentrification in Rio de Janeiro

Abstract: The article analyzes the repercussions of heritage policy in Rio de Janeiro and the public-private interventions carried out in urban areas of landscape, monumental, and heritage value to promote tourism and the city's international image. It also discusses the notion of cultural landscape and how it becomes strategic to implement landscape valorization policies that can lead to gentrification processes. The methodology is qualitative, based on the review of documents, scientific articles, and empirical research. The results reveal that the projects of enhancement of its cultural landscape advance to promote urban and heritage sustainability. However, it is crucial to question the direction of these investments, especially in the face of real estate speculation and touristification, which pose challenges to reconcile the city's aestheticization with a participatory, educational, and inclusive approach for the population.

Keywords: Patrimonialization. Tourism. Gentrification. Cultural landscape.

Patrimonialización, turismo y gentrificación en la ciudad de Río de Janeiro

Resumen: El artículo analiza las repercusiones de la política de patrimonialización en la ciudad de Río de Janeiro y las intervenciones público-privadas realizadas en áreas urbanas de valor paisajístico, monumental y patrimonial para promover el turismo y la imagen internacional de la ciudad. También se discute la noción de paisaje cultural y cómo se vuelve estratégica para la implementación de políticas de valorización del paisaje que pueden llevar a procesos de gentrificación. La metodología es cualitativa, basada en la revisión de documentos, artículos científicos e investigaciones empíricas. Los resultados revelan que los proyectos destinados a mejorar el paisaje cultural avanzan para promover la sostenibilidad urbana y patrimonial. Sin embargo, es crucial cuestionar la dirección de estas inversiones, especialmente frente a la especulación inmobiliaria y la turistificación, que plantean desafíos para conciliar la estetización de la ciudad con un enfoque participativo, educativo e inclusivo para la población.

Palabras clave: Patrimonialización. Turismo. Gentrificación. Paisaje cultural.

Introdução

A valorização da memória e da identidade das cidades envolve a gestão adequada das áreas urbanas históricas. Essa gestão deve conciliar o planejamento arquitetônico e urbano com os conceitos de patrimônio e paisagem, com o objetivo de mitigar as dificuldades práticas na conservação e na inovação dos usos do ambiente construído. Nesse contexto, as políticas de patrimonialização visam valorizar os bens culturais, materiais e imateriais, assim como as paisagens associadas a espaços capazes de agregar valor cultural, visual e simbólico.

Após a aprovação do Dossiê “Paisagens Cariocas entre a montanha e o mar”, elaborado pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional (IPHAN, 2011), a cidade do Rio de Janeiro, em 2012, recebeu o reconhecimento da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) como Patrimônio Mundial na categoria Paisagem Cultural, por integrar os diferentes conceitos de patrimônio natural e patrimônio cultural material e imaterial. Além disso, a cidade foi palco de dois grandes

eventos esportivos mundiais: a Copa do Mundo em 2014 e os Jogos Olímpicos em 2016, que intensificaram a concorrência imobiliária, dos setores turísticos e dos serviços de consumo, principalmente nas regiões do Centro, Zona Portuária, Zona Sul e Barra da Tijuca.

Esses eventos provocaram uma série de intervenções nos espaços públicos que resultaram em importantes transformações na paisagem urbana carioca, inclusive a gentrificação de áreas estratégicas. Essas intervenções foram realizadas por meio de parcerias entre a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (PCRJ) e os setores privados, com investimentos financeiros significativos para a implementação de políticas de preservação paisagística e de fomento à recuperação de imóveis protegidos.

Foram investidos no Patrimônio Cultural da região portuária, um percentual de 3% do valor arrecadado com a venda dos Certificados de Potencial Adicional de Construção (CEPAC), conforme definido na Lei Complementar LC 101/2009, que criou a Operação Urbana Consorciada Porto Maravilha, totalizando 105 milhões de reais na época, distribuídos por meio de editais e programas culturais, além da execução de obras restauração do patrimônio edificado, como os Jardins Suspensos do Valongo, os Galpões da Gamboa e o então Centro Cultural José Bonifácio, hoje Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira (MUHCAB), tombados pelo patrimônio cultural municipal.

Com base nessa temática, o objetivo deste artigo é analisar as repercussões da política de patrimonialização na cidade do Rio de Janeiro e o panorama das intervenções público-privadas realizadas em áreas estratégicas, a partir do ano de 2012. Tais intervenções ocorreram em espaços urbanos de intrínseco *valor de consumo* paisagístico, monumental e patrimonial, a fim de promover a recomposição do turismo e da imagem internacional da cidade. Além disso, este estudo visa discutir a noção de paisagem cultural e as políticas urbanas de valorização paisagística, bem como os processos de gentrificação em áreas estratégicas para o turismo carioca e a valorização dos itinerários do consumo cultural, como os Circuitos do Patrimônio Cultural Carioca. Em torno deste objetivo, a metodologia da pesquisa segue a abordagem qualitativa e se baseia na revisão de documentos oficiais, artigos científicos sobre o tema e em pesquisas empíricas atuais.

Na seção inicial do artigo, investigamos as pesquisas relacionadas ao tema, com o objetivo de analisar as estratégias de valorização paisagística e patrimonial implementadas pelo poder público para reestruturar o fluxo turístico na cidade. Na segunda seção, discutimos os processos de patrimonialização e gentrificação e seus paradoxos, seguido por uma análise dos efeitos desses processos, especialmente nas zonas sul e portuárias. Com o objetivo de contribuir para o debate, discutiremos tais processos a partir da noção de *valor de consumo* (Malta, 2018), que nos permite reexaminar o processo de valorização paisagística e a recomposição da imagem da cidade do Rio de Janeiro com foco no que chamamos de *itinerários do consumo cultural* (Malta, 2023b).

1 Do conceito de paisagem cultural à política de valorização paisagística na cidade do Rio de Janeiro

No Brasil, o conceito de paisagem cultural foi adotado pelo IPHAN em 2009, como uma forma de ampliar a visão sobre o patrimônio brasileiro, que até então se concentrava nas cidades históricas de origem colonial. Tal conceito busca valorizar a relação entre os aspectos materiais, imateriais, culturais e naturais, que compõem as identidades e memórias dos lugares. Assim, a paisagem cultural não se limita aos monumentos arquitetônicos e urbanísticos, mas abrange também as práticas, os saberes, as noções de natureza e memória social, os lugares e as expressões que revelam a diversidade e a riqueza da cultura brasileira. A paisagem cultural é, portanto, uma forma de reconhecer e preservar os bens culturais e o ambiente integrados à vida cultural das cidades (Costa; Serres, 2016).

A Unesco define a paisagem cultural através da conexão entre o espaço e o tempo, as práticas e manifestações culturais e os espaços urbanos e naturais que a integram. Até o reconhecimento do Rio de Janeiro como primeira área urbana de sua escala a ser declarada paisagem cultural, título que foi concedido pela sua relação única entre homem e natureza, os sítios reconhecidos nessa tipologia relacionavam-se às áreas rurais, sistemas agrícolas tradicionais, jardins históricos e outros locais de cunho simbólico, afetivos e religiosos, onde estão ausentes as dinâmicas urbanas de uma grande metrópole (Ribeiro, 2018).

Um dos principais aspectos considerados pela UNESCO, e que garantiu a inscrição do Rio de Janeiro na lista do Patrimônio Mundial, foi a legislação de proteção da paisagem. O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro (Lei Complementar nº 111 de 1º de fevereiro de 2011), já era uma demanda da sociedade desde pelo menos 2002, quando o plano vigente, de 1992 (Lei Complementar nº 16 de 04 de junho de 1992), completava 10 anos e deveria ser revisto, tendo sido resultado de um longo processo de conscientização e aprofundamento do debate sobre a importância do meio ambiente e da paisagem para a cidade.

O Plano Diretor de 1992, apesar de anterior à criação da Secretaria de Municipal de Meio Ambiente, já estabelecia políticas de proteção do meio ambiente e do patrimônio cultural, no entanto, na sua revisão de 2011, a paisagem assume um papel muito mais central na política urbana, descrito como um ativo econômico e principal bem da cidade. Por conta deste processo de consolidação da vocação da cidade para sede de grandes eventos, houve forte pressão de moradores dos bairros nobres, mais sujeitos à especulação imobiliária e ao impacto do turismo, e grupos da sociedade civil organizada, especialmente ambientalistas (Silveira, 2021).

O PDDU (PCRJ, 2011) tem três princípios básicos: o desenvolvimento sustentável, que busca equilibrar o crescimento econômico, a conservação ambiental e a justiça social; a função social da cidade e da propriedade urbana, que visa garantir o direito à moradia, à mobilidade e aos serviços públicos; e a valorização e sustentabilidade ambiental, paisagística e patrimonial, que orienta o uso do solo e o controle das intervenções urbanas. Estas diretrizes foram mantidas integralmente na revisão que originou a Lei Complementar nº 270, de 16 de janeiro de 2024, novo plano diretor, exaustivamente discutido desde 2021 e agora em vigor.

Tais princípios foram reafirmados no documento Pós-2016: O Rio mais integrado e competitivo Plano Estratégico da Prefeitura do Rio de Janeiro, nas versões 2009-2013 e 2013-2016 (PCRJ, 2009; 2013). Por um lado, estes documentos em consonância com o PDDU enfatizam a importância da sustentabilidade para o planejamento urbano do Rio e a proteção da paisagem, da biodiversidade e do ambiente cultural afim de evitar impactos visuais negativos e regular os grandes projetos urbanos. Por outro, tais planos ressaltam a inovação dos usos dos espaços públicos e propõem a requalificação urbana e ambiental das áreas ocupadas irregularmente pelas favelas, que foram alvo de políticas de remoção e racionalização nas décadas anteriores (Malta, 2023).

Com a proximidade dos grandes eventos esportivos, como a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, essas duas áreas foram alvo de intervenção prioritária pela prefeitura, justamente por possuírem vista privilegiada para a Baía de Guanabara, áreas históricas e bens culturais onde se concentraram as intervenções para a construção de espaços para o usufruto dos visitantes e para a atração de empreendedores e investidores imobiliários.

Após a declaração, pela UNESCO, das paisagens cariocas como Patrimônio Mundial, a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro criou, por meio do Decreto nº 35.879 de 05 de julho de 2012, o Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH), que absorveu as funções do então órgão de tutela do patrimônio municipal SUBPC, incluindo em suas atribuições a gestão das áreas do Sítio Paisagens Cariocas entre a Montanha e o Mar. Foi criada uma gerência, o Escritório Técnico da Paisagem Cultural (ETPC), que passou a analisar as solicitações de intervenções que atingissem a paisagem chancelada.

Entre 2012 e 2016, o ETPC acompanhou e fiscalizou as obras necessárias à preparação da cidade para os eventos mundiais que ocorreriam, mas também recolheu e organizou o acervo hoje disponível, realizou grande quantidade de vistorias e estudos, além do trabalho de delimitação georreferenciada do Sítio, com o apoio do Instituto Pereira Passos (IPP), por meio da Diretoria de Informações da Cidade (DIC) e da coordenação do Sistema Municipal de Informações Urbanas (SIURB), já disponível para

acesso público a partir do Mapa do Patrimônio Cultural Carioca³ desde a sua conclusão e aprovação junto ao Comitê Gestor do Sítio, em 2018.

O Decreto 35.879/2012 ainda instituiu, no âmbito do IRPH, o Programa PRÓ-APAC, de apoio financeiro a projetos voltados à conservação ou restauração de imóveis, preservados ou tombados, que contemplou, nas primeiras edições, os imóveis do Centro e área portuária, e recuperou 23 imóveis. Também foi concedido, ao órgão, o prazo de 180 dias para a elaboração de estudo verificando a necessidade de constituição de novas Áreas de Proteção do Ambiente Cultural (APAC) na Zona de Amortecimento do Sítio protegido pela UNESCO. Nesta ocasião foi criada a APAC do bairro do Grajaú, na zona norte, localizado junto ao Maciço da Tijuca, componente do Sítio Paisagens Cariocas entre a Montanha e o Mar, que sofria com o processo de adensamento e descaracterização, sob o conceito da ampliação da paisagem cultural para além da zona sul da cidade.

As Áreas de Proteção do Ambiente Cultural (APAC) são criadas através de um decreto governamental que identifica, delimita e registra o patrimônio cultural. Elas incluem várias regiões urbanas, tais como o Centro Histórico, Santa Teresa e Copacabana, designadas como zonas especiais devido ao seu valor histórico, cultural e arquitetônico, englobando espaços públicos importantes para a comunidade local. Os decretos estabelecidos para as APACs, baseados em estudos e com a aprovação do Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural, especificam as edificações a serem protegidas, proibindo sua demolição, além de definir critérios construtivos para assegurar a integridade do ambiente cultural em novas edificações.

Devido à crescente importância do conceito de paisagem no planejamento urbano voltado ao embelezamento e arborização das principais vias, avenidas e ruas, ele se consolidou como um instrumento estratégico nas políticas urbanas da cidade, na promoção do turismo, na proteção ambiental e na integridade dos morros. Como paisagem cultural, passou a integrar as características e diversidades visuais, étnicas e simbólicas da cultura urbana carioca a exemplo do modo de vida praiano e da cultura afro-brasileira. Assim, “a paisagem como categoria para a gestão urbana tem sido valorizada e transformada em tema importante para a organização espacial e produção de discursos sobre a cidade e prática da cidadania” (Ribeiro, 2018, p. 157).

A construção do Museu da Escravidão e da Liberdade (MEL) e as obras de restauração dos Jardins do Valongo são exemplos recentes dessa prática pois convergiram gestão, investimentos e a participação popular na política urbana da paisagem cultural que, de modo geral, teve duplo escopo ao buscar valorizar a integridade, a atratividade e a autenticidade visual dessas áreas por reconhecimento das manifestações culturais, étnicas e memória locais de cortejos religiosos, espaços tradicionais de música etc.; simul-

3. Endereço para a aplicação do Patrimônio Cultural Carioca: <https://pcrj.maps.arcgis.com/apps/MapSeries/index.html?appid=d3906debb8724872a7a50608d2fae884>.

taneamente, promover a renovação e revitalização urbana, ambiental e arquitetônica de espaços públicos, tendo em vista a promessa de entrega de equipamentos culturais, espaços de consumo e visitação.

Além da criação de projetos de fomento ao patrimônio cultural por meio da recuperação e conservação do patrimônio edificado, como o PRÓ-APAC, a inovação da função social das propriedades convergiu com a política urbana de valorização paisagística. Destacam-se, nesse contexto, a construção do Museu do Amanhã e o Museu de Arte do Rio na Zona Portuária, a renovação do Maracanã na Zona Norte, a iniciativa estratégica Rio Patrimônio-Centro, que mais tarde se desdobraria nos programas Centro para Todos e Reviver Centro, e o projeto para a construção do Museu da Imagem do Som na Zona Sul, em Copacabana, cujas obras não foram, ainda, concluídas. Embora tenham ocorrido mudanças significativas na paisagem, a principal justificativa para essa estratégia foi promover o desenvolvimento sustentável e proteger a ambiência, a integridade e a originalidade da paisagem cultural.

Um dos espaços mais significativos associados ao processo de patrimonialização é a Zona Sul, que representa o imaginário do consumo cultural carioca, com seu estilo de vida praiano, conceitos modernistas de urbanização e construções cosmopolitas, amplamente difundidos como a imagem do Brasil no exterior. Segundo Guimarães (2016), a patrimonialização da Zona Sul teve um papel indireto na sustentabilidade urbana dos seus bairros devido ao apoio de algumas associações de moradores interessadas em preservar as características arquitetônicas e ambientais das localidades e evitar o aumento populacional. Essa ação foi estratégica, pois atuou na contenção de nova especulação imobiliária e na onda de renovação na Zona Sul. Em síntese, os objetivos e ações planejadas para o desenvolvimento sustentável visaram principalmente regular os usos dos equipamentos urbanos, recuperar complexos arquitetônicos, promover o patrimônio cultural e atrair investidores para criar projetos urbanos sustentáveis.

Esta estratégia redirecionou o fluxo de investimentos imobiliários e, consequentemente, a expansão urbana, principalmente após a criação das APAC dos bairros de Botafogo, Humaitá, Ipanema e Leblon, no início dos anos 2000, para a zona oeste, em especial a Barra da Tijuca. Além disso, permitiu a proteção da área residencial e restringiu novas construções que poderiam comprometer a autenticidade da paisagem dos espaços públicos e a qualidade de vida das comunidades residenciais da Zona Sul (Camargo, 2011).

A região central e histórica da cidade também passou por processo de requalificação urbana quando foi lançado em 2015 o Programa Centro para Todos, parte da iniciativa estratégica Rio Patrimônio-Centro, definida no planejamento estratégico para 2013-2016, com o objetivo principal de redesenvolver a região central, melhorar sua segurança e iluminação pública.

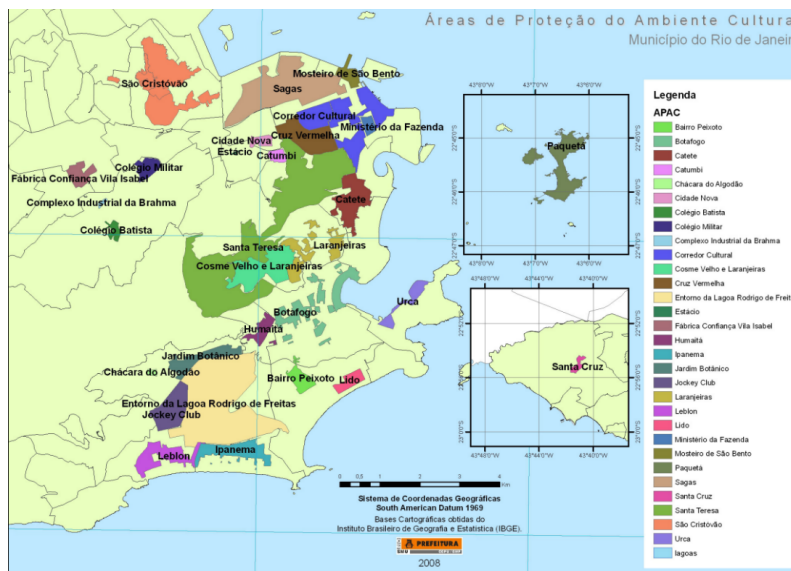
O programa dividiu suas ações em nove áreas: Praça Tiradentes, Centro Financeiro, Praça XV, Cinelândia, Lapa, Cruz Vermelha, Saara, Castelo e Campo de Santana.

O trabalho foi feito para promover a reocupação residencial, mapear os “vazios urbanos”, promover meios de transporte sustentáveis, como bicicletas e veículos leves sobre trilhos (VLT), e atrair setores da indústria criativa, entre outros. Essas ações visam reocupar e revitalizar a região central do Rio como um local de moradia, lazer e consumo cultural. Em 2021, o Centro para Todos foi retomado, como parte do programa Reviver Centro, desenvolvido pela Secretaria Municipal de Planejamento Urbano que, além das ações de ordenamento e conservação, também promoveu incentivos para a ocupação residencial e, um ano depois, anunciava a construção do primeiro edifício residencial na Avenida Presidente Vargas, após uma lacuna de 77 anos.

O conceito de paisagem cultural é inovador pois conecta o patrimônio material ao imaterial e ultrapassa a abordagem convencional de preservação. Por um lado, além de considerar os elementos materiais, ele leva em conta os aspectos imateriais que compõem a identidade de determinado território. Por outro lado, essa abordagem mais ampla representa seu maior risco, devido à pressão dos investidores privados. Isso porque permite aos gestores públicos adotarem parcerias público-privadas como estratégia que envolve a identificação e gestão descentralizada e flexível dos bens, com vistas a investir na conservação de uma área e especular a sua valorização econômica.

Para compreensão da abrangência das APAC, segue abaixo o mapa elaborado pelo IRPH (Figura 1) onde podemos conferir a dimensão das áreas que contém alguns importantes serviços/locais turísticos, assim como áreas de proteção ambiental e patrimonial.

Figura 1: Mapa das APAC



Fonte: IRPH, 2014⁴

4. Disponível em: <https://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4578007/4116229/ApresentacaoPROAPACJANEIRO2014.pdf>. Acesso em 21 jan. 2024.

Detalharemos sobre os circuitos no próximo tópico, mas para a compreensão dos itinerários de consumo e turismo, é possível fazer uma pesquisa virtual no Google Maps (Figura 2). No aplicativo, é possível confirmar visualmente os usos comerciais existentes em diversas opções de locais, tais como restaurantes, hotéis, museus e transportes públicos que oferecem conectividade. Essas e outras APAC (Corredor Cultural, Santa Teresa, Lido e Bairro Peixoto, em Copacabana, Ipanema/Leblon, Botafogo etc.) sofrem forte pressão imobiliária do setor de hospedagem e turismo que tenciona à gentrificação de suas localidades populares. Como exemplo do grande valor e procura por terrenos nestas áreas, pudemos observar, em 2013, para atender à demanda por vagas de hotéis, a demolição de uma edificação residencial de 8 pavimentos na Avenida Atlântica, no bairro do Leme, para a construção de um hotel 4 estrelas, de 11 pavimentos, considerado sustentável pelos sites de turismo⁵.

Figura 2: Mudança estética de edificação na Avenida Atlântica, nº 324 em 2010, 2013 e 2022.



Fonte: Google Maps. Acesso em 13 abr. 2024.

A atração de investimentos urbanos considerados sustentáveis, como a construção do hotel, demonstra o processo de transformação estética e funcional de algumas áreas protegidas na Zona Sul. Essas iniciativas mostram a complexidade de gerir interesses diversos, que leve em conta tanto a preservação do patrimônio quanto as dinâmicas econômicas e sociais contemporâneas. Isso expõe as tensões inerentes entre patrimonialização e desenvolvimento. A política de valorização paisagística e patrimonial no Rio de Janeiro representa um esforço abrangente e contínuo para integrar a proteção ambiental e o reconhecimento cultural com o desenvolvimento urbano sustentável, sem engessar as políticas urbanas.

5. Rede Arena inaugura hotel sustentável no Leme. Disponível em: <https://viajarverde.com.br/rede-arena-inaugura-hotel-sustentavel-no-leme>. Acesso em: 15 jun. 2024.

2 Valorização paisagística e gentrificação

Não há dúvidas de que as políticas associadas à valorização patrimonial e paisagísticas proporcionam importantes benefícios à cidade e à vitalidade dos espaços públicos históricos e culturais. No entanto, muitas iniciativas incorrem em típicos processos de gentrificação de áreas históricas e se baseiam em conceitos de ordem, limpeza e vigilância. A gentrificação tem sido uma realidade comum em muitas áreas urbanas ao redor do mundo, como consequência de melhorias realizadas sob o pretexto de preservar o patrimônio e a paisagem das cidades. Carlos (2019) argumenta que a gestão urbana tem sido profundamente influenciada pela lógica neoliberal que resulta em uma participação crescente do setor privado em oportunidades de negócios rentáveis. Esse modelo impulsiona os processos de gentrificação, que transformam áreas residenciais antigas, portuárias ou industriais em espaços enobrecidos para a visitação, consumo e habitação das classes médias e altas, e frequentemente deslocam moradores de baixa renda para áreas periféricas (Leite, 2023). Essa transformação, muitas vezes, converte essas áreas em espaços de interesse de consumo cultural para atrair empresas do setor turístico, produtores culturais, donos de bares, restaurantes, empresas de hospedagem, mobilidade e tecnologia, entre outros.

Podemos citar dois exemplos que refletem bem este processo: a antiga vila operária conhecida como Chácara do Algodão, no bairro do Jardim Botânico, e o bairro da Cidade Nova, junto ao Centro. No primeiro, os antigos funcionários e seus descendentes que permaneciam no local após o fechamento da fábrica, viram as antigas residências sendo compradas e ocupadas por artistas e famílias de classe média, valorizando os imóveis e modificando lentamente a vocação da área, enquanto famílias de moradores ainda lutam na justiça pelo direito de continuar vivendo no local.

No caso da APAC da Cidade Nova, criada em 1991, a implantação de empresas públicas e privadas no bairro, ao longo dos últimos anos, aumentou a demanda por serviços e o conjunto urbano, antes predominantemente residencial, passou a abrigar restaurantes adaptados nos sobrados preservados, deslocando o uso residencial para outras áreas. Do ponto de vista da conservação do patrimônio edificado, é perceptível a melhoria das condições dos imóveis, no entanto a vocação residencial, com seus valores imateriais, se modificou drasticamente, criando espaços que se tornam vazios à noite e durante os finais de semana.

Zukin (2016) destaca três paradoxos que desafiam as noções convencionais sobre gentrificação e revelam sua natureza dinâmica e muitas vezes imprevisível. O primeiro paradoxo é sua natureza inesperada. Embora pareça inevitável em retrospectiva, a sua ocorrência muitas vezes surpreende, especialmente em áreas que, à primeira vista, não parecem atrativas para a habitação. Isso é evidenciado pelo influxo de novos moradores,

mudanças na paisagem urbana e o aumento dos preços dos imóveis. O segundo paradoxo é que, apesar da atenção da mídia, a gentrificação não é necessariamente a tendência urbana mais significativa. Embora seja um fenômeno visível e controverso, pode não ser tão dominante quanto outras tendências urbanas, como a crescente pobreza urbana e a segregação racial persistente.

Por fim, o terceiro paradoxo se refere às consequências sociais da gentrificação, que podem ser devastadoras para as comunidades locais. Embora possa trazer melhorias estruturais para uma área, também pode resultar na expulsão de residentes e comerciantes populares, em mudanças culturais e econômicas, e na perda de identidade local. O aumento dos preços dos imóveis e o influxo de novos moradores gera um fenômeno conhecido como “efeito pinça” que converge as políticas neoliberais de planejamento urbano, investimentos transnacionais e o deslocamento cultural que resultam em políticas governamentais de conversão de habitações sociais em propriedades privadas e o investimento de capital transnacional exacerbam os efeitos da gentrificação (Zukin, 2016).

No caso da cidade do Rio de Janeiro, é possível que os três paradoxos encontrem correspondência e se exacerbem nas diferentes zonas e seus bairros objetos de valorização paisagística. De acordo com Novaes (2018), as favelas de três localidades principais a Região Portuária, o bairro da Barra da Tijuca e as favelas da Zona Sul tem se tornado objeto da gentrificação, ou seja, ocorrem experiências de elitização das favelas, o que levou a autora chamar de “gentrificação periférica”. Acerca da Zona Sul suas pesquisas identificam a recorrência de áreas gentrificadas e uma gradual requalificação dos usos comerciais e residenciais em favelas situadas em áreas de interesse paisagístico e comercial. Ela observa que há “mudanças no padrão dos comércios e serviços, no perfil da população que circula e consome estes serviços, além do encarecimento do custo de vida e novas oportunidades criadas para venda e aluguel de imóveis por valores nunca praticados na favela” (Novaes, 2018, p. 2).

A contrapaisagem (Malta, 2018, 2023), contraditoriamente, passa por um processo de turistificação e valorização paisagística. Isso ocorre porque o mercado imobiliário, turístico e de entretenimento tem interesse em áreas de valor paisagístico e comercial. Muitos morros possuem essas características e se tornam atraentes para os especuladores, para novos públicos interessados em conhecer e em ter oportunidades nesses locais, sejam turistas ou visitantes locais, empresários, universidades, artistas e produtores culturais etc. Isso implica em mudanças no cotidiano dos lugares. São mudanças que compreendem a paisagem urbana nos aspectos geográficos, políticos, culturais, socioambientais e econômicos, e refletem as mudanças na visualidade da paisagem vernacular das contrapaisagens e dos lugares frequentados por um público consumidor mais abastado.

A gentrificação na cidade do Rio de Janeiro se tornou um intenso debate nos trabalhos de pesquisadores brasileiros e de diversos meios de comunicação. Sotratti (2016), observa que tal processo chegou à APAC SAGAS com foco na região portuária do Rio de Janeiro, especialmente o Porto Maravilha, e destaca-se como estratégia central de refuncionalização e gentrificação de áreas tradicionais como o Morro da Providência onde foi instalado um teleférico na subárea que envolve os bairros Saúde, Gamboa e Santo Cristo. Assim como as praias e as práticas esportivas, o autor lembra que “o carnaval carioca e os teleféricos estão consolidados no imaginário coletivo como atividades de forte natureza turística, contemplativa e de festa” (Sotratti, 2016, p. 313).

A principal construção, no entanto, foi o Boulevard Olímpico no Rio de Janeiro, dividido em duas regiões principais: Porto Maravilha, que vai dos armazéns do porto até a Praça Mauá, e Orla Conde, que se estende da Praça Mauá até a Praça XVI. A área abrange toda a orla da região central, incluindo bairros como Centro, Gamboa e Saúde. O Boulevard Olímpico tem uma extensão de aproximadamente 3,2 a 3,5 quilômetros. É um local com muitas atrações turísticas e culturais que pode se fazer à pé e estende ao longo da orla entre a Praça XV e o AquaRio, passando por locais históricos e culturais como a Praça XV, a Praça Mauá, o Museu de Arte do Rio (MAR), construído em 2013, e o Museu do Amanhã, em 2015 (Figura 3 e 4), Mural Etnias do artista Eduardo Kobra, um dos maiores murais de grafite do mundo (Figura 4)⁶, AquaRio e a Roda Gigante RioStar (considerados os maiores da América Latina).

Figura 3: Boulevard Olímpico e o Museu do Amanhã pós-jogos



Fonte: Vida sem paredes, 2023⁷

6. O Mural Etnias, também conhecido como “Todos Somos Um”, é um painel de grafite criado pelo artista brasileiro Eduardo Kobra. Localizado no bairro da Gamboa, na Zona Central do Rio de Janeiro, o mural tem 15 metros de altura e 170 metros de comprimento. Cf. informativo sobre o mural disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/mural-etnias-entra-para-o-livro-dos-records>. Acesso em 15 jun. 2024.

7. O que fazer no Boulevard Olímpico, RJ: 10 melhores atrações. Disponível em: https://vidasemparedes.com.br/boulevard-olimpico-porto-maravilha-rj/#google_vignette. Acesso em: 15 jun. 2024.

Figura 4: Mural Etnias do artista Eduardo Kobra



Fonte: Agência Brasil, 2016⁸.

Conforme Couto (2019), o projeto Porto Maravilha representa uma materialização prática do complexo processo de reinvenção do espaço urbano do Rio de Janeiro, transformando-o em um polo internacional, a partir de uma visão de desenvolvimento urbano e econômico que combina cultura e entretenimento-turismo, influenciada pelo urbanismo neoliberal. O autor destaca que o Porto Maravilha representa uma forma particular e não-linear de pensar as cidades, que foi influenciada pelas políticas turístico-culturais de renovação urbana desenvolvidas nos Estados Unidos e exportadas para outras partes do mundo.

As ações mais importantes do projeto Porto Maravilha visaram melhorias da infraestrutura, desenvolvimento de novas áreas habitacionais, comerciais e industriais, além de espaços culturais e entretenimento até os Jogos Olímpicos. Junto aos equipamentos culturais, também foi criado o planejamento viário para mobilidade sustentável com VLTs e ciclovias, com vistas à melhoria da mobilidade das comunidades que vivem no entorno do Porto. No entanto, essas ações seguem o ABC da gentrificação que, segundo Zukin (2016), tem em vista a adaptação cultural, o embelezamento e o bloqueio da visibilidade da pobreza com o incremento de elementos visíveis e simbólicos do consumo cultural, como galerias de arte, boutiques e cafés⁹ que surgem em bairros gentrificados, representando assim uma mudança cultural e social.

8. Mural Etnias, de Kobra, entra para o Guinness como maior grafite do mundo. Disponível em: <https://agencia-brasil.etc.com.br/cultura/noticia/2016-08/mural-etnias-de-kobra-entra-para-o-guinness-como-maior-grafite-do-mundo#>. Acesso em: 15 jun. 2024.

9. No original, o ABC é formado pelas iniciais de *Art galleries*, *Boutiques*, *Cafes*. Tal expressão é também discutida de forma mais ampla, como um glossário da gentrificação. C.f. *The ABCs of Gentrification*, produzido por Alexander C. Fella (2019). Disponível em: The Urban Renewal Center.

Essas novas paisagens são apropriadas pela atividade turística e tem ainda a influência do *marketing* e da mídia na construção de narrativas. Isso ocorreu de maneira incontornável na campanha de legitimação da Zona Portuária como uma marca do “Novo Rio” durante os Jogos Olímpicos de 2016. O turismo cultural impulsiona estratégias de refuncionalização, muitas vezes alinhadas à lógica globalizante, que visa atrair visitantes e investidores interessados não apenas na história, mas na própria estetização e consumo do patrimônio e dos lugares.

Podemos argumentar que o aumento na participação do setor privado na gestão de espaços paisagísticos e bens culturais e históricos ocorre porque tal setor age para agregar *valor de consumo* e os tornam uma mercadoria cultural. Nesse contexto, o termo “valor de consumo” refere-se ao processo de valorização de troca e de uso de um bem cultural, não apenas pela sua aquisição, que ocorre não somente através da aquisição, mas também devido à dimensão cultural da economia na simbolização e no seu uso, sejam objetos, lugares ou paisagens. Assim, abrange processos de mudança nas dimensões materiais e imateriais da vida cotidiana cada vez mais intermediadas pela cultura de consumo.

Assim, a noção conceitual e técnica do patrimônio e da paisagem cultural adaptou-se às novas estratégias dos setores turísticos que vislumbraram um mercado com oportunidades de negócios rentáveis: museus interativos, galerias de arte, centros culturais, tecnológicos, *hostels*, hotéis de luxo, restaurantes, pubs, botequins, cafés, teatros, cinemas, etc. e aposta na preservação arquitetônica e da revitalização de casas, praças e ruas de áreas centrais, históricas e/ou tradicionais, assim como de antigos mercados, portos, parques industriais, linha férreas, galpões, muitas vezes contando com incentivos fiscais do governo.

3 Itinerários do consumo cultural carioca

Na contramão dos aspectos negativos da gentrificação, em 2013, o IRPH criou os Circuitos do Patrimônio Cultural Carioca, atualmente num total de 22, compostos pelos bens culturais materiais e imateriais espalhados pela cidade nas áreas de Literatura, Liberdade, *Art-Déco*, Cinemas, Trem, Botequins, Águas, Samba, Bossa Nova, Praça Tiradentes, Herança Africana, Choro, Negócios Tradicionais etc. Tal iniciativa identifica com “plaquinhas azuis” os bens de interesse para o patrimônio cultural municipal, indicando a que circuito pertencem (Lopes, 2023). O Circuito dos Negócios Tradicionais, por exemplo, identifica os “estabelecimentos comerciais que exercem atividade econômica tradicional e notável na cidade” (PCRJ, 2015). Dentre eles a famosa Confeitaria Colombo (1894), de estilo *art nouveau* e remanescente da *belle époque* carioca, e a Churrascaria Palace (1951), um edifício de arquitetura *art-déco*, da primeira metade do século XX.

Outro exemplo é a territorialidade da Pequena África, representada pelo Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana, que rememora o tráfico transatlântico de escravos. Rios e Oliveira (2022) ressaltam o sítio arqueológico do Cais do Valongo como um dos principais símbolos da diáspora africana, cuja redescoberta ocorreu durante as obras do Porto Maravilha em 2011. As intervenções no local desencadearam um processo de valorização patrimonial, transformando-o em um destino turístico após receber o reconhecimento da UNESCO como Patrimônio Mundial em 2017, que destacou sua relevância na narrativa histórica da humanidade.

Para Oliveira (2018), apesar do seu reconhecimento atual, antes de sua redescoberta, o Cais do Valongo representava uma memória intencionalmente esquecida entre os elementos que constituem a “cidade maravilhosa”, por isso o evidenciamento do Cais foi incorporado pelo discurso de inclusão social criado para os Jogos Olímpicos: “a Cidade Olímpica é a Cidade Maravilhosa sendo maravilhosa para mais gente”, representando uma mudança de paradigma em relação à participação da sociedade civil no patrimônio cultural da cidade.

O Cais do Valongo foi uma memória historicamente negligenciada pelas autoridades, desde a construção do Cais da Imperatriz, em 1843, que o recobriu completamente. Segundo o dossiê de candidatura a Patrimônio Mundial,

a janela arqueológica exposta possui a dimensão adequada para a perfeita compreensão de como foi construído o cais de pedra para o desembarque dos africanos escravizados, e os fragmentos do posterior Cais da Imperatriz, permitem também a representação completa dos processos de transformação que procuraram apagar daquele local o seu significado relacionado com a grande diáspora africana (IPHAN, 2016, p. 14).

Sua existência era sabida apenas pela comunidade científica e pelos moradores da região do Porto e suas diversas entidades representativas. Com a revelação do cais, pelas escavações arqueológicas, se iniciou o processo de definição de como aquele lugar, tão importante e sagrado para alguns, e agora materializado, seria tratado pelo poder público.

Foi a pressão dos movimentos negros, da comunidade da Pequena África e de universidades que levaram a Prefeitura a criar, por meio da Coordenadoria Especial de Promoção da Igualdade Racial (CEPIR), o Grupo de Trabalho Curatorial (Decreto Municipal 34803, de 29 de novembro de 2011). Esse grupo elaborou a carta Recomendações do Valongo, apresentada em audiência pública em janeiro de 2012, definindo diretrizes para a conservação e gestão daquele patrimônio, por meio da implantação de um circuito que inclui sítios arqueológicos, históricos e ambientes urbanos protegidos, a fim de preservar a memória da herança africana (IPHAN, 2016). Atualmente, a gestão da área que engloba o circuito passa pelo Comitê Gestor do Valongo, composto pela sociedade civil organizada e pelo poder público, coordenado pelo IPHAN.

A atividade turística na região, influenciada pela busca de distinção e negociação de capitais simbólicos, assume uma função sociopolítica relevante. Iniciativas como o “turismo diaspórico” e programas pedagógicos contribuem para a educação em espaços não formais e estimulam processos de inclusão social (Rios; Oliveira, 2022). Ao considerar as relações étnico-raciais na cidade do Rio de Janeiro, seu reconhecimento junta-se a outros importantes circuitos, como o Circuito da Diversidade, criado em 2021, e o Circuito da Igualdade Racial, criado em 2023, para identificar os referentes culturais locais das minorias sexuais, étnicas etc.

Entendemos que, na prática, a política da diferença promove avanços significativos no reconhecimento da diversidade cultural, mas o cerne desse processo implica o reconhecimento de formas de interação baseadas no consumo e pressupõe a seleção de bens e lugares que têm potencial de atração de visitantes e empreendedores (Malta, 2023; Leite, 2023). Em muitos casos, isso leva ao alto grau de segregação dos usos do espaço público em torno de seu valor de consumo, visto que os *itinerários de consumo cultural* (Malta, 2023b) reforçam as assimetrias socioeconômicas e culturais, uma vez que se concentram em atrair promotores culturais, consumidores e novos moradores das classes média e alta para conhecer ou habitar os lugares tradicionais e renovados da cidade.

A singularidade da paisagem cultural carioca foi intencionalmente projetada, tornando-se um cartão postal brasileiro, e suas imagens naturais, a arquitetura e o urbanismo moderno globalizadas como uma marca, a “marca Rio”. No entanto, a cidade do Rio de Janeiro sofreu uma onda de gentrificação impulsionada pelas ostensivas práticas turísticas em virtude das suas próprias particularidades de urbanização, uma vez que o design, a arquitetura e o desenvolvimento de uma metrópole moderna competem com seus próprios problemas sociais, habitacionais e às dificuldades técnicas e políticas no gerenciamento de áreas urbanas violentas e densamente povoadas.

Houve, por ocasião da inscrição da cidade na lista do Patrimônio Mundial, que como visto anteriormente coincidiu com o anúncio da realização dos grandes eventos mundiais, um esforço de ordenamento destes locais emblemáticos, em especial a Orla de Copacabana, pelas secretarias de Conservação e Ordem Pública, com intensificação da fiscalização e combate às irregularidades. Com o fim do Governo Paes, a pandemia de Covid-19 e o processo de retomada econômica e do turismo, outras prioridades se colocaram e, recentemente, os órgãos da Prefeitura voltaram a se reunir em um Grupo de Trabalho (Decreto Rio nº 52.093, de 2 de março de 2023), com participação de representantes da sociedade civil, para a elaboração do Plano de Ordenamento e Revitalização das Orlas de Copacabana e Leme, que aguarda validação pelo Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural.

Neste sentido, as principais ideias para o uso do conceito de patrimonialização baseiam-se no embelezamento e na refuncionalização de áreas antigas para criar novos itinerários de consumo e de mobilidade urbana. A interação entre turismo cultural e patrimonialização na cidade do Rio de Janeiro revela a necessidade de abordagens holísticas e devemos considerar não apenas o impacto econômico e estético, mas também a memória social e a identidade das comunidades locais.

Já afirmamos em outro trabalho (Malta; Nery, 2018) que é necessário integrar ações educacionais de longo prazo em projetos de reurbanização de áreas históricas na cidade do Rio de Janeiro. A população local deve ser vista como beneficiária das inovações urbanas e as políticas urbanas como agentes de transformação social ampla para a justiça social. Entendemos que os formuladores de políticas sociais devem buscar iniciativas como projetos educacionais abrangentes que utilizem tecnologias e inovações propostas em museus para se criar espaços de aprendizado que envolvam ativamente a população.

Como ressalta Ribeiro (2019, p. 164-165) “a formação de espaços políticos de gestão do patrimônio e da cidade a partir da paisagem é, ao mesmo tempo, uma das maiores inovações possíveis e um dos maiores desafios ainda a ser enfrentado”. Segundo ele, é preciso desnaturalizar o patrimônio e a paisagem, justamente porque eles não possuem valor intrínseco, mas são bens que possuem valorações diversas negociadas e disputadas pelos diferentes grupos e seus diferentes interesses. Essa perspectiva ressalta que o patrimônio e a paisagem são, em essência, políticos e por isso é preciso que exista instrumentos que estabeleçam espaços de gestão compartilhadas e participativas.

Por fim, conforme indica o autor, as decisões sobre o que preservar ou modificar refletem poderes políticos, econômicos e sociais em jogo. Desnaturalizar esses elementos permite uma análise mais crítica das dinâmicas de poder envolvidas na gestão do patrimônio e na configuração da paisagem urbana. A construção de espaços políticos na gestão do patrimônio e da cidade através da paisagem implica em criar estruturas e processos que considerem a diversidade de perspectivas e interesses. Isso pode envolver a promoção de diálogo entre comunidades locais, especialistas em preservação, planejadores urbanos e investidores (Ribeiro, 2019).

Considerações finais

No cenário urbano contemporâneo, marcado pela competição global dos mercados de consumo cultural, as cidades buscam reavaliar suas estratégias de desenvolvimento. No caso do Rio de Janeiro, as políticas públicas de recomposição da paisagem e revitalização urbana emergem como respostas aos desafios iminentes, visando não apenas tornar a cidade habitável, mas também um patrimônio mundial reconhecido. A

valorização da paisagem cultural no Rio de Janeiro revela-se uma importante transformação nas estratégias de planejamento urbano, integrando aspectos materiais e imateriais em uma abordagem holística e inovadora, bem como na tentativa de equilibrar a proteção ambiental e cultural com as demandas do desenvolvimento urbano.

A patrimonialização de regiões como a Zona Sul e a revitalização do centro histórico são esforços para utilizar a paisagem cultural como um catalisador para a melhoria da qualidade de vida, turismo e identidade cultural. A introdução de circuitos culturais no Rio de Janeiro, como estratégia de patrimonialização, evidencia o esforço de integrar a memória social e a identidade das comunidades locais com as demandas de urbanização e turismo. Contudo, é preciso questionar como afetam a vida cotidiana da população e quais os benefícios que gerarão a longo prazo. Ao mesmo tempo, essas iniciativas mostram a complexidade de gerir interesses diversos e a necessidade de uma abordagem integrada e participativa, que leve em conta tanto a preservação do patrimônio quanto as dinâmicas econômicas e sociais contemporâneas como a gentrificação de áreas populares.

Exemplo disso, são as parcerias público-privadas e os vultosos investimentos pautados em políticas urbanas sustentáveis. Contudo, é crucial questionar a direção desses investimentos, especialmente quando se observa a forte especulação imobiliária que muitas vezes acompanha tais iniciativas. A valorização de áreas paisagísticas pode impulsionar a sustentabilidade econômica e cultural, mas também pode conduzir à exclusão social, transformando espaços cotidianos em atrações turísticas e áreas gentrificadas sem considerar as necessidades locais.

Nesse sentido, defendemos que a atribuição de valor patrimonial à paisagem cultural deve ser equilibrada com a necessidade de enfrentar problemas sociais persistentes com implementação eficaz de instrumentos de gestão participativa e meios de educação patrimonial que permitam a conexão entre desenvolvimento urbano e social. A educação, atrelada a projetos inovadores e inclusivos pode gerar conexões entre os projetos de desenvolvimento e as aspirações sociais para se construir um legado sustentável para as gerações futuras. Em suma, o futuro urbano carioca dependerá da capacidade de equilibrar a competição global com a responsabilidade local. O desafio é não apenas tornar o Rio de Janeiro uma cidade de referência mundial, mas também garantir que seja uma referência para a população carioca.

Referências

CAMARGO, Paula. D. O. **As Cidades, a Cidade**: políticas, arquitetura e cultura na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: FGV - CPDOC, 2011.

CARLOS, Claudio A. S. L. Paisagem cultural no contexto político-administrativo da cidade do Rio de Janeiro. *In*: MARTINS, Bianca Camargo. (Org.). **Arquitetura e Urbanismo: Competência e Sintonia com os Novos Paradigmas do Mercado**. 1. ed. v. 1. Ponta Grossa: Editora Atena, 2019. p. 125-136.

COSTA, Luciana de C. N; SERRES, Juliane C. P. Paisagem Cultural: discussões contemporâneas por um (novo) olhar para o patrimônio cultural. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 52, n. 1, p. 35-44, 2016.

COUTO, Bruno G. **A reinvenção do espaço urbano a partir da cultura e do entretenimento-turismo: o caso do Porto Maravilha no Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado em Sociologia) Universidade de Brasília, Brasília, p. 270, 2019.

GUIMARÃES, Roberta S. O patrimônio cultural na gestão dos espaços do Rio de Janeiro. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 57, p. 149-168, 2016.

IPHAN Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro: paisagens cariocas entre a Montanha e o Mar. *In*: _____. **Dossiê de Candidatura do Rio de Janeiro à Lista de Patrimônio da Humanidade**. Brasília, 2012.

IPHAN Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Sítio Arqueológico Cais do Valongo**: Proposta de inscrição na lista do patrimônio mundial. Rio de Janeiro, 2016.

LEITE, Rogerio P. Counter uses of the city: cultural consumption and gentrification. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, v. 15, p. 3148-3170, 2023.

LOPES, Gabrielle. Tradicional Boteco Belmonte, no Flamengo, recebe placa de Patrimônio Cultural Carioca. **Diário do Rio** [online], Rio de Janeiro, 2 jul. 2023. Cidades. Disponível em: <https://diariodorio.com/tradicional-boteco-belmonte-no-flamengo-recebe-placa-de-patrimonio-cultural-carioca/amp/>. Acesso em: 16 abr. 2024.

MALTA, Eder. Cidade e turismo: o valor de consumo da (contra)paisagem cultural carioca. **Teoria e Cultura**, v. 13, p. 323-337, 2018.

MALTA, Eder. **Patrimônio, consumo cultural e turismo em Ouro Preto/MG Pós-Covid-19**. Campinas: 47th Annual ANPOCS Meeting, 2023b.

MALTA, Eder. Políticas de patrimônio e estratégias de valorização paisagística do Rio de Janeiro. *In*: CAVALCANTI, Vanessa R. S. (Org.). **Sociologia: Fenômenos formais e informais nas relações da sociedade**. 1ed. Ponta Grossa-PR: Atena Editora, 2023, v. 1, p. 61-72.

NOVAES, Patricia S. **Favelas e gentrificação: ampliando o debate** (on-line), 2018. Disponível em: https://www.observatoriodasmegacidades.net.br/wp-content/uploads/2019/12/Favelas-e-Gentrificacao_ampliando-o-debate_Patricia-Novaes.pdf. Acesso em: 12 dez. 2023.

OLIVEIRA, Maria Amália S. A. Memória e identidade em processos de turistificação de lugares: o caso do Cais do Valongo (RJ - Brasil). **Patrimônio e Memória**, São Paulo, Unesp, v. 14, n. 2, p. 49-74, 2018.

PCRJ PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Novos patrimônios do Rio**, 2015. Disponível em: <https://www.rio.rj.gov.br/web/portaldoservidor/exibeconteudo?id=5160093>. Acesso em: 12 dez. 2023.

PCRJ PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro**. Lei Complementar n.º 111 de 1º de fevereiro de 2011, Rio de Janeiro, 151 p.

RIBEIRO, Rafael W. A política da paisagem em cidades brasileiras: instituições, mobilizações e representações a partir do Rio de Janeiro e Recife. *In*: FIDALGO, Pedro. (Org.). **A paisagem como problema: conhecer para proteger, gerir e ordenar**. 1. ed. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2018, v. 5, p. 155-170.

RIBEIRO, Rafael W. Gestão da paisagem, gestão da cidade: quais os legados do Rio de Janeiro Patrimônio Mundial? **Revista Cpc (USP)**, v. 14, n. 27, p. 144-166, 2019.

RIOS, Débora. A.; OLIVEIRA, Maria Amália S. A. Tourism in the process of urban interventions: the case of Little Africa, in Rio de Janeiro. **Service and Tourism: Current Challenges**, v. 16, p. 119-130, 2022.

SILVEIRA, Jéssica G. A Rio-92, os Movimentos Ecologistas e a Política Nacional do Meio Ambiente: a Construção das Políticas Ambientais Brasileiras na Década de 1990. **Revista Hydra**, v. 5, n. 9, p. 7-36, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/hydra/article/view/11427/8437>.

SOTRATTI, Marcelo A. A ideologia espacial na patrimonialização e gestão de bens culturais em áreas gentrificadas. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 6, n. 2, p. 303-323, 2016.

ZUKIN, Sharon. Gentrification in Three Paradoxes. **City & Community**, v. 15, n. 3, 202-20, 2016.